

**MARIA EDUARDA RODRIGUES DA SILVA PEREIRA**

**INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:  
ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA NO CAMPO  
DA HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS**

**Bauru  
2025**

**MARIA EDUARDA RODRIGUES DA SILVA PEREIRA**

**INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:  
ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA NO CAMPO  
DA HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS**

Orientadora: Profa. Dra. Denise Aparecida Corrêa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
a Faculdade de Ciências da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -  
Câmpus de Bauru, para obtenção do grau de  
Licenciada em Educação Física.

**Bauru  
2025**

P436i

Pereira, Maria Eduarda Rodrigues da Silva

Interculturalidade e Educação Física Escolar: Análise da Produção Acadêmica e Científica no Campo da História e Culturas Indígenas / Maria Eduarda Rodrigues da Silva Pereira. -- Bauru, 2025

45 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru

Orientadora: Denise Aparecida Corrêa

1. História e Cultura Indígena. 2. Educação Física Escolar. 3. Revisão Sistemática. 4. Interculturalidade... I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

Dedico este trabalho à minha querida bisavó (*im memorian*), a minha avó, ao meu pai e a todos os meus ancestrais, que, com sua luz me guiaram até aqui.

“À minha avó Carmen Lúdia, ao meu pai Denis e ao meu irmão Ruan Cezar, meus mais profundos agradecimentos por estarem sempre presentes, mesmo à distância.”

“A todos os meus amigos e amigas, em especial Murilo e Giovana, que caminharam ao meu lado e me apoiaram ao longo desta trajetória, e aos amigos e amigas de São Sebastião, cuja presença foi de extrema importância para a realização deste sonho.”

“À Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Denise Aparecida Corrêa, por me orientar com sabedoria e confiança no meu potencial.”

“À Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Fernanda Rossi, agradeço pelo incentivo constante e pela valiosa contribuição ao longo da minha graduação.”

“A todas as professoras e professores meu sincero agradecimento pela oportunidade de aprender com cada um de vocês.”

” À minha terapeuta Ana Elise, por escolher estar ao meu lado todos os dias, acolhendo-me e me auxiliando com dedicação nos momentos difíceis.”

“Ao meu amigo Gabriel Maia, por confiar em mim e me incentivar a seguir em frente, sua presença foi essencial nesta jornada.”

“A diversidade não é uma ameaça; é a expressão da beleza da vida”  
(Krenak 2020, p. 25)

## RESUMO

A implementação da Lei 11.645/2008 que instituiu a obrigatoriedade da inserção dos conhecimentos acerca da história e culturas dos povos indígenas nas escolas públicas e privadas em todo território brasileiro, tornou premente repensar o espaço escolar e, em especial, as aulas do componente curricular Educação Física, como tempo e lugar de enfrentamento. Diante deste cenário, o objetivo desta pesquisa foi caracterizar e analisar a produção acadêmica e científica no campo de estudos da abordagem da história e cultura dos povos indígenas na Educação Física escolar mediante revisão sistemática da literatura. A pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, pautada no método de revisão sistemática da literatura. A sistematização dos parâmetros de busca teve como critérios: o recorte temporal, iniciando no ano de promulgação da Lei Federal 11.645/2008, compreendendo o período de 2008 a 2024; os descritores I) “História e Cultura Indígena na Educação Física escolar”, II) “História e Cultura Indígena e Educação Física escolar”, III) “Lei 11.645/08 na Educação Física escolar”, IV) “Lei 11.645/08 e Educação Física escolar” e, finalmente, as bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e o Google Acadêmico. Consideramos que a análise do conjunto da produção acadêmico-científica, permitiu A análise quanto aos objetivos dos estudos foram agrupadas em quatro categorias, sendo elas: A) “Valorização das Práticas Corporais Indígenas no Ensino de Educação Física”, a qual destaca os estudos que tiveram como foco a importância de integrar os saberes tradicionais dos povos originários ao currículo escolar; B) “Integração das Culturas Indígenas no Currículo Escolar”, que agregou estudos que ressaltam a necessidade de uma Educação Física comprometida com a valorização da diversidade étnico-cultural brasileira; C) “Atuação Docente e Mediação Intercultural”, na qual aglutinamos estudos com foco nas práticas pedagógicas que rompem com a hegemonia eurocêntrica na Educação Física; D) “Impactos Sociais da Valorização das Culturas Indígenas na Escola”, na qual agregamos os estudos que objetivaram analisar a inserção de práticas culturais indígenas na Educação Física escolar voltadas às transformações sociais. As principais conclusões evidenciaram três categorias temáticas: A) “Currículo e Legislação”, na qual discutem a presença e a negligência das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no currículo escolar; B) “Cultura corporal indígena como ferramenta pedagógica”, destacando a relevância da formação inicial e continuada de professores para o trabalho com a temática indígena no contexto escolar; C) “Interculturalidade, identidade e transformação social”, evidenciam que a inserção de brincadeiras e jogos tradicionais de matrizes indígena e africana nas aulas de Educação Física contribui significativamente para a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. identificar que os estudos que tematizam a História e Cultura Indígena nas aulas de Educação Física, tiveram como foco romper com a perspectiva eurocêntrica predominante no ensino. Os estudos revelaram que práticas pedagógicas interculturais com foco na valorização das diferentes culturas indígenas nas aulas de Educação Física, contribui para dar visibilidade a estes conhecimentos.

**Palavras-chave:** História e Cultura Indígena; Educação Física Escolar; Revisão Sistemática; Interculturalidade.

## ABSTRACT

The implementation of Law 11.645/2008, which mandates the inclusion of knowledge about the history and cultures of indigenous peoples in public and private schools throughout Brazil, has made it imperative to rethink the school environment and, in particular, physical education classes, as a time and place for confrontation. Given this scenario, the objective of this research was to characterize and analyze the academic and scientific production in the field of studies on the approach to the history and culture of indigenous peoples in school physical education through a systematic literature review. The research was based on a qualitative approach, guided by the systematic literature review method. The systematization of the research parameters had the following criteria: the temporal scope, beginning in the year of promulgation of Federal Law 11.645/2008, encompassing the period from 2008 to 2024; The search terms used were I) “Indigenous History and Culture in School Physical Education”, II) “Indigenous History and Culture and School Physical Education”, III) “Law 11.645/08 in School Physical Education”, IV) “Law 11.645/08 and School Physical Education”, and finally, the databases Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Scholar. The analysis regarding the objectives of the studies was grouped into four categories: A) “Valuing Indigenous Body Practices in Physical Education Teaching”, which highlights studies that focused on the importance of integrating the traditional knowledge of indigenous peoples into the school curriculum; B) “Integration of Indigenous Cultures into the School Curriculum”, which included studies that emphasize the need for a Physical Education committed to valuing Brazilian ethnic-cultural diversity; C) “Teaching Performance and Intercultural Mediation,” in which we bring together studies focusing on pedagogical practices that break with the Eurocentric hegemony in Physical Education; D) “Social Impacts of Valuing Indigenous Cultures in Schools,” in which we aggregate studies that aimed to analyze the inclusion of indigenous cultural practices in school Physical Education geared towards social transformations. The main conclusions highlighted three thematic categories: A) “Curriculum and Legislation,” which discuss the presence and neglect of laws 10.639/2003 and 11.645/2008 in the school curriculum; B) “Indigenous body culture as a pedagogical tool,” highlighting the relevance of initial and continuing teacher training for working with indigenous themes in the school context; C) “Interculturality, identity and social transformation” shows that the inclusion of traditional games and play activities of Indigenous and African origin in Physical Education classes significantly contributes to the appreciation of cultural diversity in the school environment. We consider that the analysis of the body of academic and scientific production allowed us to identify that studies that address Indigenous History and Culture in Physical Education classes focused on breaking with the predominantly Eurocentric perspective in teaching. The studies revealed that intercultural pedagogical practices focused on valuing different Indigenous cultures in Physical Education classes contributed to giving visibility to this knowledge.

**Keywords:** Indigenous History and Culture; School Physical Education; Systematic Review; Interculturality.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1</b> – Estudos incluídos na revisão sistemática da literatura                                      | 24 |
| <b>Gráfico 1</b> - Distribuição de dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso ao longo dos anos. | 31 |

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Educacional da Educação

## SUMÁRIO

|                                                                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                       | <b>12</b> |
| <b>2. INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO.....</b>                                                                    | <b>16</b> |
| 2.1 Diversidade cultural e diretrizes curriculares na educação básica brasileira: um retrospecto histórico..... | 19        |
| <b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>                                                                      | <b>24</b> |
| <b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>                                                                          | <b>31</b> |
| 4.1 Ano de Publicação e Natureza dos Estudos.....                                                               | 31        |
| 4.2 Objetivo(s) dos Estudos.....                                                                                | 32        |
| 4.3 Contexto do Estudo e Participantes.....                                                                     | 34        |
| 4.4 Principais Conclusões dos Estudos.....                                                                      | 36        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                             | <b>41</b> |
| <b>6. REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                      | <b>42</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

As minhas experiências como aluna do ensino básico de escolas públicas sempre foram limitadas para a questão cultural, principalmente nas aulas de Educação Física, nas quais se restringiam quase exclusivamente aos esportes e ao corpo biológico.

Ao ingressar no curso de Licenciatura em Educação Física, desde as primeiras aulas tornou-se evidente a forte influência europeia e biologicista que historicamente permeia essa área de conhecimento.

O enfoque, centrado no desempenho físico e modelos corporais hegemônicos, revelou a predominância de uma perspectiva ocidental e a invisibilização de outras formas de compreender o corpo e o movimento. Essa constatação despertou reflexões sobre abordagens culturais, indígenas e étnico-raciais no contexto escolar, especialmente nas aulas de Educação Física.

O percurso formativo na graduação, possibilitou um conhecimento aprofundado sobre a temática indígena nas aulas de Educação Física e as inúmeras possibilidades de abordá-la no cotidiano escolar.

Durante as pesquisas senti uma forte conexão com a minha ancestralidade e nesse percurso me aproximei novamente das vivências indígenas, na qual sempre foi presente na minha vida. A história e cultura dos povos indígenas, precisa ser representada e valorizada em todos os ambientes. É nesse contexto que surge o interesse em pesquisar a história e as culturas indígenas no ensino da Educação Física escolar.

A cultura dos povos indígenas sofreu e ainda sofre com um profundo apagamento histórico e a marginalização de seus saberes, muitas vezes silenciados pelos processos de colonização e monocultura.

Como afirma o militante indígena Ailton Krenak (2019, p. 07) “[...] quando se completaram quinhentos anos da travessia de Cabral e companhia, recusei um convite para vir a Portugal. Eu disse: ‘Essa é uma típica festa portuguesa, vocês vão celebrar a invasão do meu canto do mundo. Não vou, não’”. A fala retrata um fato histórico que sempre conhecemos na escola como “a descoberta do Brasil”, quando na verdade se tratou de uma invasão, que devastou inúmeras vidas e terras indígenas, deixando um rastro de apagamento da cultura dos povos indígenas que já habitavam este território.

Após a invasão portuguesa e o processo de colonização europeia, o Brasil passou a ser marcado por uma lógica de dominação social que consolidou padrões estruturais

eurocêntricos (Fleuri, 2014). Como consequência, ocorreu a marginalização dos povos originários e suas crenças, o que restringiu profundamente a diversidade cultural brasileira.

A colonização apagou a presença dos povos originários e marginalizou suas expressões culturais, linguísticas e corporais, o que se reflete até hoje em diversos espaços sociais, especialmente nas escolas (Daniel Munduruku, 1999).

O debate sobre as Relações Étnico-Raciais no Brasil ganhou um avanço significativo com a inserção do ensino da história e cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena nos currículos de escolas públicas e particulares, com a promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), posteriormente alterada pela Lei nº 11.645, de 2008 (Brasil, 2008) essa legislação reforça a necessidade de romper com estereótipos e de promover uma educação que reconheça a pluralidade cultural do Brasil.

Com a implementação da obrigatoriedade da inserção dos conhecimentos acerca da história e culturas dos povos indígenas nas escolas tornou premente repensar o espaço escolar e, em especial, as aulas do componente curricular Educação Física, como tempo e lugar de enfrentamento das desigualdades sociais de gênero, classe ou raça.

No âmbito do contexto escolar, especialmente no componente curricular Educação Física, segundo Gonçalves Junior (2007) é evidente que o esporte é resumido ao contexto cultural estadunidense e/ou europeu, tido como hegemônico o futebol, voleibol, basquetebol e handebol. Consequentemente deixa de lado outras manifestações (jogos, brincadeiras, lutas, danças, rituais) derivadas da diversidade cultural de diferentes povos que fazem parte do Brasil, como os africanos e os indígenas.

Esta pesquisa ressalta a importância da diversidade no ambiente escolar e busca romper com padrões homogeneizadores. Para isso, utiliza a perspectiva da interculturalidade para compreender e fortalecer as relações entre diferentes culturas, promovendo diálogo, respeito e valorização das múltiplas identidades presentes na escola, para Candau:

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas (Candau, 2020, p. 11).

Apresentar as culturas indígenas em suas singularidades de manifestações lúdicas têm se constituído locus significativo para a construção de processos educativos interculturais,

compreendendo que a vivência dos jogos e brincadeiras dos povos indígenas na escola possibilita “[...] novas formas de perceber o outro, de conhecê-lo, sem deixar de ser quem cada um é, mas ampliando o potencial humano de cada criança e jovem na vivência da Educação Intercultural” (Grando; Xavante; Campos, 2010, p. 120).

Neste sentido, compartilhamos com Gonçalves Junior *et al.*, (2021) que afirmar o conhecimento dos jogos e das brincadeiras na escola, assentados nos princípios e referenciais epistemológicos dos povos originários, contribui para desconstruir as fragmentações dos postulados eurocêntricos, pois na filosofia indígena:

[...] brincar e jogar são condições de existência tanto como se alimentar e fazem parte das atividades cotidianas de uma comunidade, sem hierarquizações entre uma e outra ação e/ou entre as pessoas que nelas estão envolvidas seja em qual fase da vida estejam. O princípio comunitário nos remete a destituir outra fragmentação recorrente nas sociedades ocidentais-cartesianas: a criança, o adulto e os mais velhos são integrantes da vida comunitária e compartilham as experiências lúdicas do canto, da dança, da colheita, da pesca e demais atividades do cotidiano (p.125).

Diante deste cenário, temos como questão central desta pesquisa: Como se caracterizam os estudos acerca da abordagem da história e cultura dos povos indígenas na Educação Física escolar? Quais resultados e reflexões os estudos têm evidenciado ao analisar a abordagem da história e cultura dos povos indígenas nas aulas de Educação Física na escola?

O objetivo desta pesquisa foi investigar a produção acadêmica no campo de estudos da abordagem da história e cultura dos povos indígenas na Educação Física escolar mediante revisão sistemática da literatura.

Traçamos como objetivos específicos: identificar e caracterizar a produção de conhecimentos acerca da temática da história e cultura dos povos indígenas, nas aulas de Educação Física na escola, bem como, analisar o conjunto de estudos em relação aos objetivos e resultados alcançados.

A presente pesquisa se estruturou da seguinte forma: a seguir, no capítulo 1 intitulado “Interculturalidade e Educação”, retratamos a fundamentação teórica sobre a colonização do Brasil e os processos de decolonização. Aborda-se, ainda, a marginalização dos povos originários ao longo da história colonial e a permanência do eurocentrismo nas estruturas da sociedade contemporânea. No tópico 1.2 deste capítulo intitulado “Diversidade cultural e diretrizes curriculares na educação básica brasileira: um retrospecto histórico”, apresenta-se a fundamentação teórica relacionada à legislação educacional e aos documentos oficiais que orientam o currículo escolar. Destaca-se, especialmente, a Lei nº 11.645/2008,

foco central deste trabalho.

Na sequência, no capítulo 2 são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, cujo objetivo foi mapear, caracterizar e analisar a produção de conhecimento sobre a história e a cultura dos povos indígenas no contexto da Educação Física escolar. A investigação foi pautada em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e bibliográfica, e conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura (Petticrew & Roberts, 2006; Simões, Mizuno & Rossi, 2019).

Posteriormente, no capítulo 3 são expostos os resultados e as discussões, seguidos das considerações finais e das referências utilizadas.

## 2. INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO

Neste capítulo propomos refletir sobre os efeitos da colonialidade do saber, do poder e do ser, analisando como o eurocentrismo moldou a produção do conhecimento e contribuiu para a exclusão e subalternização de povos originários. Ao problematizar o papel da escola na reprodução ou no enfrentamento dessas desigualdades, discute-se a importância de uma educação intercultural que reconheça a pluralidade cultural e epistêmica do Brasil.

Para Castro Gómez e Grosfoguel (2007), a expansão colonial europeia impôs um modelo de conhecimento baseado na perspectiva eurocêntrica, apagando a diversidade epistêmica e apresentando-se como universal, neutro e objetivo. Atualmente, os Estados Unidos e a Europa continuam a ocupar o centro geográfico e epistemológico da produção de conhecimento, promovendo a ideia de superioridade do saber europeu/norte-americano.

O etnocentrismo é um termo que designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação a outras. Consiste em postular indevidamente como valores universais os valores próprios da sociedade e da cultura a que o indivíduo pertence. Ele parte de um particular que se esforça em generalizar e deve, a todo custo, ser encontrado na cultura do outro (Gomes, 2005, p. 53).

Esse processo transforma a percepção global, ignorando e deslegitimando outras formas de "saber", além de descredibilizá-las, gerando interferências nos valores sociais e culturais de diferentes povos, o que ocasionou desde a invasão europeia da América, negar e invisibilizar a existência da população originária, como afirma Ailton Krenak (2019, p. 28) ” a civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade”. No qual reforça a ideia de expansão colonial.

A partir de uma necessidade latente criou-se leis que tornam obrigatório a inserção do ensino da história e culturas africana, afro-brasileira e indígena nos currículos de escolas públicas e particulares, sinalizando para a necessidade de crianças e jovens se apropriarem de conhecimentos e saberes que ao longo do processo de escolarização foram suprimidos ou deturpados, diante da sobreposição da cultura dominante branca e europeia:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2008, p.1).



Segundo Bento (2022), “a desconstrução da matriz colonial do poder implica desarmar o dispositivo de “raça”, que vem sendo historicamente acionado para a distribuição, dominação e exploração da população mundial no contexto capitalista-global do trabalho”.

A construção do termo “raça” surgiu para dividir e subjugar populações, tornando possível ter uma mão de obra barata, através da exploração, no sistema capital gera desigualdades no acesso e recursos, como oportunidades de trabalho e direitos básicos (Bento, 2022).

O racismo não é apenas uma questão de preconceito individual, mas um mecanismo funcional para manter hierarquias sociais e econômicas. Torna-se essencial retomar a perspectiva de Candau (2008, p. 46) “a igualdade de todos os seres humanos, independentemente das origens raciais, da nacionalidade, das opções sexuais, enfim, a igualdade é uma chave para entender toda a luta da modernidade pelos direitos humanos”.

A superação das desigualdades raciais passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua origem, e pela promoção de políticas que garantam acesso equitativo a oportunidades e direitos. Assim, a educação para a igualdade e a valorização da diversidade tornam-se pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Para Fleuri (2014, p. 89-106) “a cidadania dos povos indígenas é pouco reconhecida. Os “indígenas”, identificados como “selvagens” (sejam vistos como pacíficos, sejam como bárbaros), são ainda percebidos como “estrangeiros” no território nacional”.

Abordar as relações de poder entre as culturas a partir da perspectiva decolonial implica reconhecer a estreita relação que existe entre a cultura e o poder. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder persiste mesmo após o fim formal do colonialismo, sustentando estruturas de dominação que se expressam nas relações sociais, culturais e epistemológicas, especialmente pela imposição de saberes eurocêntricos sobre culturas consideradas subalternas.

Diante do histórico de subalternização e sofrimento imposto aos povos originários, eles têm, atualmente, assumido a luta pelo fortalecimento de suas identidades e pela autogestão de seus territórios. Essa mobilização reflete uma conscientização crescente sobre as injustiças e opressões que enfrentaram, como a colonização, a perda de suas terras e a desvalorização de suas culturas (Krenak, 2019).

Nesse processo de retomada de suas identidades e territórios, os povos originários também reafirmam uma cosmovisão própria, profundamente diferente da lógica ocidental dominante, como destaca Daniel Munduruku:

Ao dominar a natureza, o homem ocidental pensa que pode chegar à felicidade. No contexto da sociedade indígena, no entanto, a felicidade é posta em outro lugar e os esforços são investidos em outros campos. A natureza não é objeto para ser simplesmente explorado. Nessa atitude de respeito, às sociedades indígenas chegaram a um equilíbrio perfeito, utilizando uma tecnologia que, comparativamente à do Ocidente, é muito simples (Daniel Munduruku, 1999, p. 47).

Em um mundo globalizado e marcado por um neoliberalismo excludente, há uma predominância monocultural que agrava as desigualdades sociais. Segundo Santos (2006, p. 445-447), “para que os direitos humanos possam verdadeiramente ser ressignificados hoje, em uma perspectiva que não nega suas raízes nem sua história, mas que busca integrá-los às problemáticas contemporâneas, é necessário que passem por um processo de reconceitualização”.

Reconhecer que as culturas estão em constante transformação, nutrindo-se de trocas, influências e ressignificações, é fundamental para promover o respeito à diversidade e combater narrativas que sustentam a intolerância. Ao invés de enxergar a mistura cultural como ameaça, é preciso valorizá-la como uma fonte de riqueza simbólica, criativa e humana.

Sempre que a humanidade pretendeu promover a pureza cultural e étnica, as consequências foram trágicas: genocídio, holocausto, eliminação e negação do outro. A hibridização cultural é um elemento importante para levar em consideração na dinâmica dos diferentes grupos socioculturais (Candau, 2008, p.51).

A perspectiva intercultural que fundamenta esta pesquisa destaca a importância de considerar tanto a igualdade quanto às diferenças, valorizando as identidades e abordando o indivíduo de maneira integral. Segundo Fleuri (2003), a interculturalidade consiste em reconhecer e valorizar as diferenças entre culturas, assegurando, a igualdade de direitos, para Candau:

A perspectiva intercultural rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente cada cultura tem suas raízes, mas estas raízes são históricas e dinâmicas. Não fixam as pessoas em determinado padrão cultural (Candau, 2020, p. 10).

A escola se configura como um espaço essencial para o diálogo sobre as próprias questões, servindo como um ambiente propício para interagir com pessoas de diferentes identidades, bem como com aquelas que compartilham do mesmo ciclo social. Todos esses indivíduos enfrentam suas próprias críticas e buscam um sentido de pertencimento.

Torna-se necessário repensar e ressignificar a concepção de educador(a), pois se torna um sujeito inserido no processo educativo e em constante interação com outros sujeitos.

O(a) educador(a) deve, principalmente, dedicar atenção especial às relações e aos contextos que se formam, contribuindo para uma formação do todo (Freire 1996).

Portanto, a escola é um local de aprendizado, de ressignificação e reconstrução, nesse contexto, a perspectiva intercultural visa promover uma educação que reconheça o “outro” e favoreça o diálogo entre diversos grupos sociais e culturais (Candau, 2008).

## **2.1 Diversidade cultural e diretrizes curriculares na educação básica brasileira: um retrospecto histórico**

Neste tópico abordamos como a interculturalidade e a diversidade cultural, foi inserida na educação básica brasileira através dos programas, leis e políticas que regem a educação básica no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito fundamental e responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade, conforme:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205).

Com isso, na década de 1990, a Educação Básica no Brasil passou a ser organizada estruturando-se nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme as diretrizes da Lei Federal n. 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que instituiu que: “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996, art. 22).

Essa definição normativa contribuiu para uma maior articulação entre as políticas públicas educacionais, permitindo que fossem concebidas de maneira integrada, com o objetivo de promover a ampliação e a melhoria da qualidade do ensino em todas as etapas da escolarização (Dickmann; Pertuzatti, 2016).

O processo educacional brasileiro passou por uma homogeneização cultural, na qual marcou profundamente a formação da identidade nacional e o papel da escola como espaço de reprodução de uma cultura dominante e eurocêntrica. De acordo com Candau (2008), o reconhecimento da pluralidade cultural na escola representa um avanço na construção de uma educação voltada para os direitos humanos e para a promoção da equidade, superando práticas pedagógicas homogêneas e excludentes.

Diante dessa realidade para reverter práticas excludentes e etnocêntricas com o objetivo de orientar o trabalho pedagógico nas escolas de educação básica em todo o Brasil, o Ministério da Educação (MEC) institui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997), incluindo como: a Pluralidade Cultural. Reconhecendo a diversidade como parte da identidade nacional, como marca da vida social brasileira (Gonçalves, 2007).

Os PCNs indicam conteúdos, competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da escolaridade, respeitando as diretrizes da LDBEN (Lei nº 9.394/1996). Assim, os PCNs reafirmam o compromisso da educação básica com uma formação cidadã pautada na equidade, no respeito às diferenças e na valorização da interculturalidade como elemento estruturante do currículo (Gonçalves, 2007).

Com isso, para dar conta desse amplo objetivo, a LDBEN consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio dos PCNs, a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Atualmente, a educação básica é alvo de múltiplos interesses e está inserida em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas, heranças de um modelo de produção capitalista que exerce influência direta sobre as políticas públicas educacionais (Dickmann; Pertuzatti, 2016).

Esse contexto traz desafios que vão além da universalização do acesso à educação, exigindo também a garantia de uma formação de qualidade, comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e efetivamente orientada pela promoção dos direitos (Dickmann; Pertuzatti, 2016).

Segundo Freire (2001), a educação não é um processo neutro, portanto, não pode ser desligada do processo político, semeando igualdade, respeito e para ser uma educação democrática precisa respeitar a voz dos indivíduos da sociedade, descentralizando as decisões, democratizando o poder.

O MEC, durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em articulação com movimentos sociais, especialmente o movimento negro e indígena, implementou políticas afirmativas e ações voltadas à correção de desigualdades históricas, à eliminação de discriminações e à promoção da inclusão social e da cidadania no sistema educacional brasileiro (Brasil, 2004).

Reconhecendo as desigualdades que atingem a população negra e seu papel mediador entre o Estado, os sistemas de ensino e a diversidade étnico-racial, o Conselho

Nacional de Educação (CNE) interpretou e orientou a implementação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDBEN (Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ao fazê-lo, destacou a educação das relações étnico-raciais como eixo central de suas diretrizes (Gonçalves, 2006).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é uma delas, na qual busca através da educação trazer ações afirmativas, com políticas de reparações, de reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade afrodescendente (Brasil, 2004).

Salienta, o referido texto legal, que o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (Gonçalves, 2006, p. 490).

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é uma política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (Brasil, 2004).

Essas diretrizes foram instituídas com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas (Brasil, 2004).

Essas novas implementações buscam por direitos sociais, civis, culturais e econômicos, e também a valorização da diversidade daquilo que distingue os(as) negros(as), os(as) indígenas dos outros grupos que compõem a população brasileira (Gonçalves, 2006).

Entretanto, em 2008, após movimentos dos povos indígenas e do movimento negro brasileiro, é aprovada a Lei 11.645/08, na qual altera a Lei 10.639/2003, tornando-se obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino básico brasileiras (Brasil, 2008). Essa legislação representou um importante avanço na valorização da diversidade cultural e na promoção de uma educação mais plural.

Em 2015 iniciou-se o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi elaborada por profissionais da educação de diversas regiões do país, com o objetivo de garantir o conhecimento essencial aos estudantes ao longo da Educação Básica (Boscatto, *et al.*, 2016). Seu primeiro texto preliminar, divulgado em 2015, buscava garantir a

equidade educacional e a qualidade da aprendizagem, articulando uma base nacional comum com os currículos estaduais e municipais (Brasil, 2015).

Hoje, o Currículo Paulista, contempla as competências gerais discriminadas pela BNCC, aprovada pelo CNE e homologada em 20 de dezembro de 2017, bem como os currículos e as orientações curriculares das redes de ensino públicas e privadas.

A BNCC é um referencial normativo para a Educação Básica brasileira, com o objetivo de garantir a todos os estudantes o direito às aprendizagens essenciais, em condições equânimes de escolarização (Boscatto *et al.*, 2026). Publicada pelo MEC, orienta os processos formais da educação e seus componentes curriculares, em consonância com a legislação vigente e no Plano Educacional da Educação (PNE) (Brasil, 2018).

Como destaca Sacristán (2000), o currículo é um campo político, sendo influenciado por decisões administrativas que afetam diretamente as práticas pedagógicas. Nesse sentido, a BNCC atua como instrumento normativo que estrutura o currículo escolar e orienta a formação dos estudantes.

Quando está em jogo a Educação Física na BNCC, torna-se imprescindível, refletir sobre a inserção dela no campo das Linguagens, a partir da cultura corporal e de movimento (Dickmann; Pertuzatti, 2016).

[...] Educação Física é um componente curricular cuja responsabilidade é “tratar das práticas corporais na escola como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, assegurando aos/às estudantes a construção de um conjunto de conhecimentos necessários à formação plena do cidadão (Dickmann; Pertuzatti, 2016, p. 8).

Nesse sentido, é preciso compreender as lógicas sociais, culturais, políticas e culturais expressas no corpo das pessoas. Os corpos podem ser compreendidos como:

[...] territórios em disputa” apropriados pelo Estado, escola, família, mídia e religião, cujas práticas sociais oriundas dessas instâncias, deixam tatuagens históricas nas subjetividades e coletivos sociais. São marcas dos tratos e maus-tratos impressas no corpo social e na condição corporal, quando está em jogo os “usos sociais do corpo”; marcas que estão, indelevelmente, associadas à história do corpo e à história da infância e das crianças no Brasil (Silva, 2013, p. 219-220).

O corpo também pode ser compreendido como local onde essa experiência acontece, a alfabetização e o letramento do corpo, em suas dimensões educativas, ecológicas, físicas, culturais, ampliando a capacidade humana de percepção e leitura do mundo (Neuenfeldt; Mazzarino, 2016).

A Educação Básica brasileira, embora marcada por diversos conflitos e desafios históricos, têm demonstrado avanços significativos na busca por uma formação mais diversificada, inclusiva, crítica e democrática. Ainda assim, persiste a necessidade de aprimoramento contínuo das políticas públicas educacionais, no sentido de consolidar uma escola que garanta o direito à aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes (Neuenfeldt; Mazzarino, 2016).

Portanto, a Educação Básica brasileira passou por um longo período de mudanças, principalmente quando se trata das relações Étnico-raciais, pois foi apenas em 2003 que houve de fato um avanço na mudança educacional, na qual incluiu e tornou obrigatório a inclusão da diversidade cultural de matriz afro-brasileira e indígena, ressaltando a importância de uma política educacional que valorize as raízes dos povos nativos e colonizados, e que assegure os direitos de aprendizagem e promova a formação crítica dos(as) estudantes.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de mapear, caracterizar e analisar a produção de conhecimentos no campo de estudos da temática da história e cultura dos povos indígenas no contexto da Educação Física escolar, a presente pesquisa é pautada na abordagem metodológica qualitativa de natureza descritiva e bibliográfica e será realizada por meio da revisão sistemática da literatura (Petticrew; Roberts, 2006; Simões; Mizuno; Rossi, 2019).

Para compor o quadro de estudos que se debruçaram acerca da temática essa pesquisa se pautará no método de revisão sistemática da literatura, o qual “[...] recorre a métodos de análise de produção do conhecimento da literatura de determinada temática, permitindo, assim, priorizar temáticas e clarificar temas” (Simões; Mizuno; Rossi, 2019, p. 604).

A revisão sistemática possibilita delimitar marcos teóricos sobre a temática investigada, bem como, enriquecer a definição dos problemas de pesquisa, resumir os dados existentes e acompanhar o curso científico de um período específico. Com isso, o estudo pode ser utilizado pelo(a) próprio(a) pesquisador(a) para construção de novos conhecimentos, de modo a ser considerada parte integrante e esclarecedora sobre as principais questões teóricas existentes (Brizola; Fantin, 2016; Gomes; Caminha, 2014).

Em acordo com Gomes e Caminha (2014) recorreremos aos procedimentos da revisão sistemática da literatura para mapear a produção científica não somente para compilar informações, mas, sobretudo, “[...] acompanhar o curso científico de um período específico, chegando ao seu ápice na descoberta de lacunas e direcionamentos viáveis para a elucidação de temas pertinentes” (p. 397).

A sistematização dos parâmetros de busca terá como critérios: o recorte temporal (período das publicações); as equações de pesquisa (descritores ou expressões de busca) e o campo de busca (bases de dados).

O recorte temporal de publicação dos estudos terá como base o ano de implementação da legislação referente a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Indígena (Brasil, 2008), ou seja, estudos publicados entre os anos de 2008 e 2024.

Serão utilizados os seguintes descritores para as equações de pesquisa: I) História e Cultura Indígena na educação física escolar; II) História e Cultura Indígena e educação física escolar; III) Lei 11.645/08 na educação física escolar; IV) Lei 11.645/08 e educação física escolar.

A definição das bases de dados teve como critério agrupar produções acadêmicas e científicas qualificadas, dentre as quais, trabalhos de conclusão de curso de graduação,



monografias de cursos de pós-graduação Lato-Sensu (especialização); dissertações de mestrado e teses de doutorado, cujas bases de dados pesquisadas foram: Repositórios Institucionais das universidades públicas do estado de São Paulo (USP, UNESP e UNICAMP), bem como, artigos científicos publicados em periódicos cujas bases pesquisadas foram *Scielo* e o Google acadêmico.

Com a delimitação do conjunto de publicações levantadas com a aplicação dos critérios acima descritos, procederá à leitura dos resumos das publicações encontradas, sendo excluídas da pesquisa aquelas que não se enquadram na temática central, envolvendo a inserção da história e cultura indígena nas aulas de Educação Física escolar e jogos e brincadeiras indígenas na escola.

A partir da definição do conjunto de obras, iniciou-se a leitura na íntegra do material seguindo os procedimentos de análise de conteúdo categorial temática a partir de Gomes (2009), com a finalidade de identificar aspectos e/ou elementos comuns e que se relacionam, ou seja, “[...] agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (p.70).

O conjunto de categorias de análise foi construído respeitando três princípios de classificação sintetizados por Gomes (2009, p.72) como: utilizar um mesmo critério para estabelecer as categorias; incluir as respostas em uma das categorias, garantindo a exaustividade do material analisado e; ter em conta que as categorias “devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, uma resposta não pode ser incluída em mais de duas categorias”.

Posterior a essa etapa, analisamos os resumos e objetivos dos estudos para a identificação das publicações e excluimos aqueles estudos que não traçaram relações com o contexto escolar, bem como os que não estavam disponíveis nas plataformas digitais ou não possuíam divulgação autorizada. Com isso, foram obtidos no final 23 estudos para análise.

Para a identificação dos estudos incluídos na revisão sistemática de literatura, o Quadro 1 apresenta, de forma sintetizada, características como título, autoria, natureza e ano de publicação, organizados por ano de publicação do mais antigo para o mais recente.

**Quadro 1** – Estudos incluídos na revisão sistemática da literatura

| Nº | Título | Autores | Objetivo (s) | Natureza e ano de Publicação | Contexto/ Participantes |
|----|--------|---------|--------------|------------------------------|-------------------------|
|----|--------|---------|--------------|------------------------------|-------------------------|

|   |                                                                                                                       |                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                               |                                     |                                                                       |
|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| 1 | A Educação Física Escolar e LDB: assumindo a responsabilidade na aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08             | RODRIGUES, A. C. L.                                                   | Discutir sobre o papel da Educação Física Escolar na aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08.                                                                                                                                                | Artigo Periódico 2010               | Pesquisa bibliográfica                                                |
| 2 | Educação Física Intercultural: Diálogos com os Jogos e Brincadeiras Guarani                                           | FERREIRA, G;<br>PIMENTEL, G. G. A                                     | Desenvolver uma intervenção com o 6º ano do ensino fundamental – anos finais                                                                                                                                                                  | Artigo Periódico 2013               | Estudantes dos anos finais (6ºano)                                    |
| 3 | Experiência pedagógica com jogos indígenas em aulas de educação física de uma escola pública do estado de Mato Grosso | TENÓRIO, J. G;<br>SILVA, C. L.                                        | Descrever uma experiência pedagógica com alunos do ensino fundamental de uma escola do interior de Mato Grosso, na disciplina de Educação Física.                                                                                             | Artigo Periódico 2014               | Pesquisa bibliográfica                                                |
| 4 | Os jogos indígenas como conteúdo da educação física escolar                                                           | MARQUES, R. L. L.                                                     | Analisar em que medida os jogos contribuem para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira.                                                                                                                                          | Trabalho de Conclusão de Curso 2016 | Estudantes anos finais (6º ao 9º ano)                                 |
| 5 | Práticas corporais indígenas inseridas à Educação Física escolar não indígenas                                        | KEMPE, G. C;<br>ACHASSOT, A. I.                                       | Identificar as práticas corporais indígenas que poderiam ser inseridas no currículo da Educação Física Escolar em Escolas não indígenas, mais especificamente analisar práticas corporais sistematizadas para compreensão de outras culturas. | Artigo Periódico 2017               | Estudantes do 5º Semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física |
| 6 | Esporte/Jogos Indígenas: Uma Práxis Pedagógica da Peteca e Jikunahati na Educação Física Escolar<br>1                 | PEDROZA, R. S;<br>SANTOS, M. C;<br>HOLANDA, G. I. S;<br>SANTOS, W. M. | Ensinar os saberes tradicionais da cultura indígena na educação formal, valorizando seus aspectos simbólicos e socioculturais enquanto alteridades étnicas constituintes da identidade brasileira.                                            | Artigo Periódico 2018               | Professores(as) de educação física (educação infantil)                |

|    |                                                                                                                                          |                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                           |                              |                                                        |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|--------------------------------------------------------|
| 7  | Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE                     | PEREIRA, A. S. M;<br>GOMES, D. P; CARMO, K. T; SILVA, E. V. M.                                           | Analisar o conhecimento e a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08.                                                                                                                                                                                     | Artigo Periódico 2019        | Professores(as) dos anos finais (6° ao 9°)             |
| 8  | Educação das relações étnico-raciais em aulas de educação física: uma abordagem conceitual                                               | POMIN, F;<br>DIAS, L. R.                                                                                 | Utilizou-se de jogos e brincadeiras africanos e indígenas, desenvolvendo as três dimensões de conteúdo na Educação Física: procedimental, conceitual e atitudinal.                                                                                        | Artigo Periódico 2019        | Estudantes dos anos iniciais (1° ao 5° ano)            |
| 9  | Atividades culturais indígenas na educação física escolar                                                                                | MOREIRA, L;<br>PERES, J.                                                                                 | Apresentou uma proposta de atuação que introduz a cultura indígena nas aulas de educação física.                                                                                                                                                          | Artigo Periódico 2019        | Pesquisa bibliográfica                                 |
| 10 | Prática Pedagógica Histórico- Crítica e Educação Física: Uma Experiência Com os Jogos Indígenas e Africanos                              | ANDRADE, L. C.                                                                                           | Planejar uma sequência de aulas para o ensino dos Jogos Indígenas e Africanos                                                                                                                                                                             | Artigo Periódico 2019        | Estudantes dos anos iniciais (5° ano)                  |
| 11 | Interculturalidade e Sustentabilidade: Jogos e Brincadeiras Indígenas na Educação Física Escolar                                         | REIS, P. R.                                                                                              | Resgatar jogos, brinquedos e brincadeiras indígenas de etnias do Rio Negro no Amazonas como subsídio ao desenvolvimento de atividades na Educação Física como forma de promover a interculturalidade e a sustentabilidade no ambiente escolar.            | Dissertação de Mestrado 2020 | Pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa-ação     |
| 12 | História e Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas nas Aulas de Educação Física: Relato dos Encontros de um Projeto de Extensão | FOGANHOL I, C;<br>SILVA, J. C;<br>FERNANDE S, P. B;<br>VAZ, P. V. S;<br>SILVA, M. T;<br>CORREA, I. L. A. | Relatar a experiência de um Projeto de Extensão realizado no Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense que buscou proporcionar o conhecimento de jogos, danças e brincadeiras de origem e influências africanas, afro-brasileiras e | Artigo Periódico 2020        | Estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física |

|    |                                                                                                                                                                     |                                      |                                                                                                                                                                                                                                             |                                        |                                                      |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------|
|    |                                                                                                                                                                     |                                      | indígenas.                                                                                                                                                                                                                                  |                                        |                                                      |
| 13 | O ensino de lutas corporais indígenas na Educação Física Escolar: um relato de experiência                                                                          | SOUSA, D. A.                         | Relatar a experiência de uma professora de Educação Física em uma escola pública municipal da cidade de Quixeramobim, na região do Sertão Central no estado do Ceará.                                                                       | Artigo Periódico 2021                  | Pesquisa bibliográfica                               |
| 14 | Lutas Corporais Indígenas: Um Estudo Com Professores de Educação Física do Município de Fortaleza – CE                                                              | PEREIRA, A. S. M;<br>SOUZA, S. T. B. | Realizar uma pesquisa com professores de Educação Física da rede municipal de educação pública de Fortaleza – CE para analisarmos se estes trabalhavam as lutas corporais indígenas em suas aulas.                                          | Artigo Periódico 2021                  | Professores(as) do ensino fundamental (1º ao 9º ano) |
| 15 | O lugar da cultura negra, afro-brasileira e indígena nas aulas de Educação Física                                                                                   | MALDONADO, D. T;<br>NEIRA, M. G.     | Analisar como professores e professoras de Educação Física em atuação na Educação Básica abordam os conhecimentos da cultura negra, afro-brasileira e indígena.                                                                             | Artigo Periódico 2021                  | Pesquisa bibliográfica                               |
| 16 | História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas Escolas Municipais de Uberlândia: A Implementação das Leis Nº10639/2003 e Nº11645/2008 na Educação Física Escolar | SILVA, C. K. R.                      | Identificar como as leis 10639/03 e 11645/08 têm sido tratadas nos documentos orientadores para as aulas de educação física nas escolas municipais de Uberlândia                                                                            | Trabalho de Conclusão do Curso 2022(a) | Pesquisa bibliográfica                               |
| 17 | Cultura Indígena como Ferramenta Pedagógica nas Aulas de Educação Física                                                                                            | SILVA, F. J. S.                      | Analisar a importância da inserção da cultura indígena nas aulas de Educação Física, justamente como um fator de diversidade, sempre levando em consideração o quanto esta cultura é importante e que a mesma não pode ser deixada de lado. | Artigo Periódico 2022(b)               | Pesquisa bibliográfica                               |

|    |                                                                                                                                                      |                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                       |                                                       |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------|
| 18 | A cultura indígena nas aulas de educação física: um relato de experiência no PIBID                                                                   | TAVARES, R. R; FRAGA, L. L; SILVA, N. M. S; DIAS, F. B. M.   | Relatar as experiências de pibidianos obtidas com aulas na Escola Estadual Almeida Sampaio da Cidade de Amargosa acerca dos jogos da cultura indígena, bem como a contextualização do conteúdo aplicado, considerando a lei nº 11. 645/08, que tem como obrigatoriedade o estudo da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental e Médio. | Artigo Periódico 2024 | Estudantes do 6º ano                                  |
| 19 | Jacundá, Toré e Bate-Pau: Danças da Cultura Indígena Tematizadas na Educação Física Escolar                                                          | SILVA, N. I. M; ROCHA, R. S.                                 | Expor e discutir uma proposta de ensino para a educação física escolar que considera a importância do conteúdo dança, através da tematização de três danças indígenas: Jacundá, Toré e Bate-Pau.                                                                                                                                                                                               | Artigo Periódico 2023 | Estudantes dos anos iniciais (4º ano)                 |
| 20 | Brincadeiras e jogos de matrizes indígena e africana nas aulas de Educação Física com o sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala | RICARDO, K. H; WITTIZORE CKI, E. S; BINS, G. N; ABREU, D. S. | Compartilhar, refletir e analisar a experiência com e sobre as brincadeiras e os jogos tradicionais de culturas indígena e africana desenvolvidos durante uma pesquisa-ação participante com o sexto ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública em Porto Alegre/RS no ano letivo de 2023.                                                                                         | Artigo Periódico 2024 | Professora de educação física<br>Estudantes do 6º ano |
| 21 | Práticas corporais indígenas e educação física escolar: uma análise sobre a produção científica em periódicos nacionais                              | FELIPE, D. S; SILVA, R. M; GORDIM, D. F; KOLH, H. G.         | Analisar a produção de artigos científicos publicados em periódicos nacionais referentes à inserção das práticas corporais indígenas na Educação                                                                                                                                                                                                                                               | Artigo Periódico 2024 | Pesquisa bibliográfica                                |

|    |                                                                                                                                    |                                                           |                                                                                                                                         |                              |                                                    |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------------|
|    |                                                                                                                                    |                                                           | Física escolar.                                                                                                                         |                              |                                                    |
| 22 | A prática corporal e manifestação cultural indígena de Huka-Huka nas aulas de Educação Física escolar: aproximações e resistências | RICARDO, K. H;<br>PERES, A. L. X;<br>WITTIZORE CKI, E. S. | Narrar, analisar e discutir a experiência com a luta tradicional indígena de Huka-Huka na Educação Física.                              | Artigo Periódico 2024        | Professora de educação física Estudantes do 6º ano |
| 23 | Brincadeiras e Jogos Indígenas na Educação Física Escolar: Uma Análise a Partir da Perspectiva Freiriana                           | GOMES, A. P. R.                                           | Analisar a prática pedagógica envolvendo as brincadeiras e os jogos indígenas na perspectiva freiriana, afirmando leituras decoloniais. | Dissertação de Mestrado 2024 | Estudantes dos anos iniciais (4º ano)              |

Fonte: A Autora (2025)

No capítulo seguinte, procedemos com a análise dos dados, verificando semelhanças entre os estudos e agrupando-os para que, em seguida, os dados fossem interpretados e realizado o aprimoramento e atualização da revisão, gerando assim, a redação final (Brizola; Fantin, 2016).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

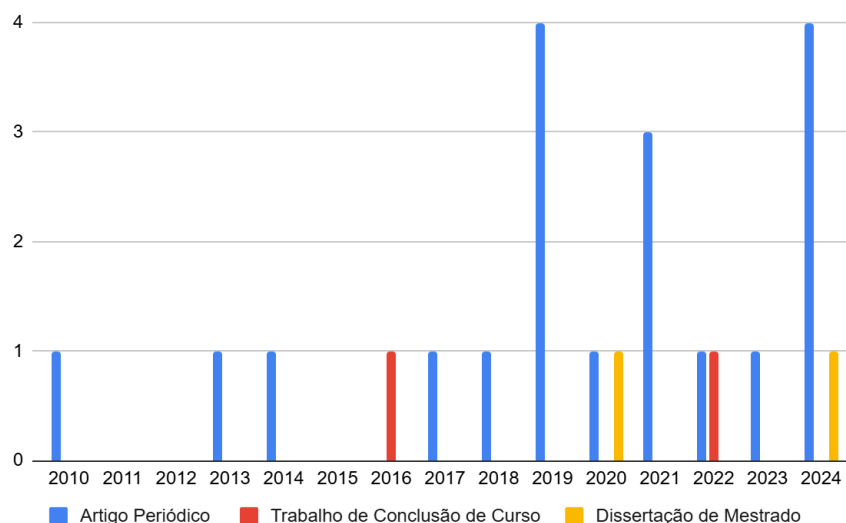
As análises incluem como temáticas o ano de publicação e a natureza do estudo; o(s) objetivo(s); o contexto de realização da pesquisa e as características dos(as) participantes e, por fim, as conclusões dos estudos.

Na sequência, analisamos os estudos que compuseram o conjunto da produção levantada nos seguintes eixos temáticas: ano de publicação e natureza dos estudos; objetivo(s); contextos das pesquisas e participantes; e principais conclusões.

### 4.1 ANO DE PUBLICAÇÃO E NATUREZA DOS ESTUDOS

Nesta pesquisa de revisão sistemática, analisamos 23 produções acadêmico científicas relacionadas à temática de história e culturas indígenas na Educação Física escolar, das quais, 19 correspondem a artigos publicados em periódicos, 2 dissertações de mestrado (profissional) e 2 trabalhos de conclusão de curso de graduação, todos correspondentes aos anos de 2008 até 2024, conforme ilustrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Distribuição de dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso ao longo dos anos.



Fonte: A Autora (2025).

Em 2010 e 2013, primeiros anos que encontramos publicações sobre a temática, foram identificados dois estudos, um artigo em cada ano. Cronologicamente, em 2008, no dia 10 de março, foi promulgada a Lei nº 11.645, incluindo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino (Brasil, 2008).

Com isso, tornou-se premente repensar o espaço escolar como tempo e lugar de enfrentamento das desigualdades sociais de gênero, classe ou raça e, portanto, a expectativa era que essa temática passasse a ser incorporada nas disciplinas que já faziam parte do currículo, tanto do ensino fundamental quanto do médio.

Nesse sentido, os estudos voltaram a constar no ano de 2014, com a publicação de um artigo periódico. De 2016 a 2020, houve um trabalho de conclusão de curso, seis artigos em periódicos e uma dissertação de mestrado. De 2021 a 2024, foram publicados doze artigos em periódicos, um trabalho de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado. Portanto, os anos com maiores incidências de publicação foram os anos de 2019 e 2024.

#### 4.2 OBJETIVO(S) DOS ESTUDOS

Ao analisarmos os objetivos dos estudos, foi possível identificar as principais recorrências que envolvem o enfoque da obrigatoriedade da história e culturas indígenas na Educação Física escolar. Foram criadas três categorias a partir dos principais assuntos identificados nos estudos, sendo elas: Valorização das Práticas Corporais Indígenas no Ensino de Educação Física; Integração das Culturas Indígenas no Currículo Escolar; Atuação Docente e Mediação Intercultural.

A primeira categoria, nomeada *Valorização das Práticas Corporais Indígenas no Ensino de Educação Física*, reúne publicações, na qual buscam promover uma educação intercultural e decolonial, valorizando os saberes tradicionais dos povos originários, entendendo-os como componentes legítimos da cultura corporal e da identidade brasileira.

Um dos focos são as vivências de jogos, brinquedos e brincadeiras de povos indígenas, onde desenvolvem atividades pedagógicas que articulem a interculturalidade no ambiente escolar. Ao trazer essas manifestações para a Educação Física, busca-se romper com uma lógica eurocêntrica de ensino, reconhecendo a diversidade de expressões corporais como fontes de conhecimento, vínculo comunitário e conexão com a natureza.



Tais perspectivas foram identificadas nos estudos de Pedroza *et al.*, (2018), Pomin e Dias (2019), Reis (2020), Felipe *et al.*, (2024), Ricardo *et al.*, (2024a) e Ricardo *et al.*, (2024b), Gomes (2024),,

Os estudos de Marques (2016) e Silva (2022b) apresentam e discutem esta temática nas aulas de Educação Física escolar. As danças, os rituais, os jogos e as brincadeiras indígenas representam visões de mundo próprias, com valores como coletividade, espiritualidade, equilíbrio com a natureza e respeito aos ancestrais. Ao trazer esses elementos para o espaço escolar, o(a) educador(a) atua como mediador(a) intercultural, promovendo o encontro entre diferentes formas de conhecimento e contribuindo para a valorização da cultura e história dos povos originários.

No projeto de extensão de Foganholi *et al.*, (2020), desenvolvido no Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense, buscou-se proporcionar vivências pedagógicas por meio de jogos, danças e brincadeiras oriundas de influências africanas, afro-brasileiras e indígenas, voltadas a estudantes, a professores(as) e à comunidade externa.

Por sua vez, a categoria *Integração das Culturas Indígenas no Currículo Escolar* representa um avanço significativo no reconhecimento da diversidade étnico-cultural brasileira e no enfrentamento das desigualdades históricas. No campo da Educação Física, essa integração exige a ampliação do repertório de práticas corporais abordadas nas aulas e o comprometimento com os princípios das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornam obrigatórios o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio.

Os estudos de Pereira *et al.*, (2019), Rodrigues (2010) e Silva (2022a) se debruçaram sobre a forma como as leis estão sendo tratadas nos documentos orientadores das redes de ensino. Além de investigar e identificar de qual maneira os referenciais curriculares incorporam ou negligenciam as diretrizes no planejamento da Educação Física. Com isso, esse tipo de análise é essencial para compreender os avanços e entraves no processo de construção de um currículo mais inclusivo e plural.

Destacam-se, também, as experiências desenvolvidas por estudantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), como as realizadas na Escola Estadual Almeida Sampaio, na cidade de Amargosa (BA), que têm revelado o potencial pedagógico das atividades baseadas na cultura indígena. Esses relatos mostram como a inserção de jogos tradicionais, quando acompanhada de uma boa contextualização, pode contribuir para o cumprimento das diretrizes legais e para o fortalecimento de uma educação antirracista e anticolonial (Tavares *et al.*, 2024).

Os estudos de Andrade (2019) e de Kempe e Achassot (2017) discutem possibilidades de inserção das práticas corporais indígenas no currículo da Educação Física, propondo, inclusive, uma sequência de aulas voltadas aos jogos indígenas e africanos, o que reforça a importância da incorporação dessas manifestações culturais no contexto escolar.

A categoria *Atuação Docente e Mediação Intercultural*, envolve práticas pedagógicas que reconhecem e valorizam a diversidade étnico-racial e cultural presente na sociedade brasileira. No contexto da Educação Física, essa mediação se expressa através da escolha de conteúdos que rompem com visões eurocêntricas e homogeneizantes do corpo, das manifestações culturais e da própria educação. A partir dos objetivos propostos, é possível identificar ações pedagógicas que contribuem para uma formação escolar mais crítica, inclusiva e antirracista.

A experiência pedagógica desenvolvida por Silva e Rocha (2023), através da dança indígena Jacundá, Toré e Bate-Pau com alunos(as) do 6º ano do ensino fundamental em uma escola do interior de Mato Grosso ilustra de maneira concreta como a mediação intercultural pode ser incorporada à prática docente. Essa proposta promove o aprendizado motor e artístico dos(as) estudantes, e também os(as) aproxima de um patrimônio cultural historicamente marginalizado, reforçando o papel da escola como espaço de valorização dos povos originários.

Já os estudos de Pereira e Souza (2021) e Maldonado e Neira (2021), abordam a presença e o tratamento das manifestações culturais indígenas e afro-brasileiras no ensino da Educação Física escolar, portanto buscam valorizar as práticas indígenas através da inserção de saberes no ensino da Educação Física, especialmente no contexto da escola pública.

Ressalta-se o estudo de Sousa (2021), no qual apresenta o relato de experiência de uma professora da rede pública municipal de Quixeramobim, no Sertão Central do Ceará. Através de sua prática pedagógica, ela compartilha como incorporou elementos da cultura indígena nas aulas de Educação Física, evidenciando os desafios enfrentados, os recursos utilizados e as reações dos alunos.

Nos estudos realizados por Moreira e Peres (2019), Tenório e Silva (2014) e Ferreira e Pimentel (2013), os autores buscam através de propostas de vivências práticas introduzir a temática indígena e através disto analisar as percepções dos estudantes envolvidos nas aulas propostas.

#### 4.3 CONTEXTO DO ESTUDO E PARTICIPANTES

No que se refere ao contexto metodológico dos estudos analisados, dos nove trabalhos que não realizaram pesquisa de campo, cinco apresentam-se como revisões de literatura, Felipe *et al.*, (2024), Rodrigues (2010), Maldonado e Neira (2021), Tenório (2014), Silva (2022a) e Silva (2022b). Sousa (2021) desenvolveu uma pesquisa narrativa autobiográfica e Reis (2020) desenvolveu uma pesquisa-ação. Por sua vez, Moreira (2019) elaborou uma proposta de intervenção pedagógica, com foco na aplicação de conteúdos culturais indígenas nas aulas de Educação Física.

Entre os quatorze estudos que realizaram pesquisa de campo, elegeram a escola como o lócus central para realização da pesquisa. Dentre esses, destacam-se dois estudos conduzidos com professores e estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, Ricardo *et al.*, (2024a) e Ricardo *et al.*, (2024b) que investigaram as dinâmicas escolares a partir da participação de professores e estudantes. Já o estudo de Pereira *et al.*, (2019) envolveu professores e estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, ampliando o recorte de sua investigação. Além disso, três estudos realizaram suas pesquisas exclusivamente com estudantes do 6º ao 9º ano, sendo eles: Marques (2016), Ferreira e Pimentel (2013) e Tavares *et al.*, (2024) com ênfase nas aulas de Educação Física.

Quatro estudos realizaram intervenções em aulas ou em momentos pedagógicos diversos no Ensino Fundamental. Os trabalhos de Gomes (2024) e Silva e Rocha (2023) voltaram-se para esse segmento de forma geral, enquanto o estudo de Pomin e Dias (2019) abrangeu especificamente estudantes do 1º ao 5º ano. Por sua vez, a pesquisa de Andrade (2019) teve como foco exclusivo estudantes do 5º ano, aprofundando a investigação neste recorte específico.

Por fim, um dos estudos foi realizado com professores(as) do Ensino Fundamental I e II, abrangendo turmas do 1º ao 9º ano, conforme apresentado por Pereira e Souza (2021). Já o estudo de Pedroza *et al.*, (2018) teve como foco professores(as) de Educação Física na Educação Infantil.

Dois estudos foram realizados fora do ambiente escolar e com estudantes de Licenciatura em Educação Física, sendo eles Kempe e Achassot (2017) e Foganholi *et al.*, (2020). Ambos contribuem para a reflexão sobre a inserção de práticas corporais de matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas no contexto escolar, valorizando a diversidade cultural como elemento formativo.

Com relação aos participantes, apenas sete contemplaram estudantes como participantes, prevalecendo os estudos na etapa do ensino fundamental I (Gomes, 2024;

Andrade, 2019; Silva e Rocha, 2023; Pomin e Dias, 2019) e ensino fundamental II (Tavares *et al.*, 2024; Marques, 2016; Ferreira e Pimentel, 2013).

Dois estudos utilizaram participantes do curso de Licenciatura em Educação Física, sendo os estudos de: Kempe e Achassot (2017) e Foganholi *et al.*, (2020).

Cinco estudos abrangeram também professores(as), Ricardo *et al.*, 2024a; Ricardo *et al.*, 2024b; Pereira *et al.*, 2019; Pereira e Souza, 2021; Pedroza *et al.*, 2018). Vale destacar que, desse grupo de cinco estudos acima destacados, Pereira *et al.*, (2019) e Pedroza *et al.*, (2018) investigaram somente um grupo de participantes composto por professores e professoras: o primeiro, professores(as) do ensino fundamental II e o segundo, professores(as) da educação infantil.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados, os estudos de Ricardo *et al.* (2024a) e Ricardo *et al.* (2024b) empregaram notas de campo como principal técnica de registro e análise das informações. Por sua vez, as pesquisas de Gomes (2024), Pomin e Dias (2019), Foganholi *et al.*, (2020) e Ferreira e Pimentel (2013) adotaram o diário de campo como principal método de coleta de dados, valorizando o registro reflexivo e sistemático das experiências observadas.

Os estudos desenvolvidos por Pereira *et al.*, (2019), Pedroza *et al.*, (2018), Reis (2020), Marques (2016), Kempe e Chassot (2017) e Pereira e Souza (2021) utilizaram entrevistas e questionários on-line, visando captar percepções, experiências e opiniões dos participantes de forma estruturada e remota.

Tavares *et al.*, (2024) e Silva e Rocha (2023) elaboraram relatos de experiência baseados nas vivências desenvolvidas no âmbito do PIBID, enfatizando o caráter formativo e reflexivo dessas experiências.

Por fim, o estudo de Andrade (2019) fez uso dos registros produzidos pelos(as) alunos(as), resultando na elaboração de um livro-portfólio, que integrou produções e reflexões desenvolvidas ao longo do processo investigativo.

#### 4.4 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS ESTUDOS

Ao identificar as principais conclusões evidenciadas nos estudos, foi possível agrupar os estudos e prosseguir às análises por três categorias, sendo elas: Currículo e Legislação; Cultura Corporal Indígena no Ambiente Escolar; Interculturalidade, Identidade e Transformação Social.

A categoria *Currículo e Legislação*, agregou os estudos de Felipe *et al.*, (2024), Ricardo *et al.*, (2024), Rodrigues (2010), Sousa (2021), Moreira e Peres (2019), Silva (2022a) e Pereira *et al.*, (2019), no qual discutem a presença e a negligência das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no currículo escolar. Além disso, os estudos também fazem uma crítica sobre abordarem os temas apenas em datas comemorativas, como no dia 19 de abril, o Dia Dos Povos Indígenas ou o Dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra.

Dessa forma, evidencia-se a persistente falta de reconhecimento e respeito à diversidade étnica, o que constitui um grande desafio na contemporaneidade, mesmo diante das legislações vigentes (Felipe *et al.*, 2024). Além disso, observa-se uma significativa resistência à abordagem de temas relacionados às culturas indígenas e afrodescendentes, o que revela a predominância de uma perspectiva monocultural na Educação Física escolar. Essa abordagem, centrada majoritariamente na esportivização, privilegia expressões da cultura europeia em detrimento de outras manifestações culturais (Ricardo *et al.*, 2024).

Sousa (2021) destaca as dificuldades enfrentadas ao abordar conteúdos relacionados às culturas indígenas nas aulas, sobretudo devido ao preconceito manifestado por parte dos pais e da própria instituição escolar. Tal resistência evidencia a dificuldade em incorporar essa temática no ambiente educacional. A autora reforça, ainda, a importância do conhecimento sobre o tema, bem como da observância à legislação vigente, que torna obrigatória a inclusão desses conteúdos no currículo escolar.

O estudo de Pereira *et al.*, (2019) aborda a insuficiência em relação à formação específica, a carência de materiais pedagógicos adequados e a falta de suporte institucional direcionado para a incorporação da temática étnico-racial no currículo. Dessa forma, o estudo evidencia a necessidade urgente de políticas educacionais que promovam a formação continuada dos docentes, aliada à oferta de recursos e orientações claras, para que a Educação Física possa cumprir seu papel na valorização e no ensino crítico das culturas afro-brasileira e indígena, conforme determina a legislação vigente.

Diante desse contexto, conforme aponta Rodrigues (2010), é possível refletir sobre a perpetuação do racismo nas instituições escolares, uma vez que a monocultura presente na Educação Física escolar contribui diretamente para sua manutenção. Embora existam ações afirmativas que busquem mitigar essa realidade, elas ainda se mostram insuficientes frente ao racismo estrutural instaurado. Superar essa situação exige ir além das mudanças curriculares: é necessário investir na formação de professores indígenas, na promoção de uma educação inclusiva, na valorização da educação ambiental, entre outras iniciativas que favoreçam a efetiva valorização da diversidade cultural no ambiente escolar.

Moreira e Peres (2019) e Silva (2022b), ressaltam as múltiplas possibilidades de inserção de vivências culturais indígenas na Educação Física escolar, destacando a importância de os(as) professores(as) compreenderem esse conteúdo como uma oportunidade de transformação. Tal perspectiva contribui para romper com o modelo tradicionalmente esportivizado da disciplina, ampliando seu alcance e promovendo uma abordagem mais inclusiva e multicultural. Nesse sentido, a Educação Física, por sua relação direta com a cultura corporal, apresenta grande potencial para a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, por meio de práticas. Para tanto, é fundamental que os educadores superem o receio e se aproximem das produções já existentes sobre o tema.

Ferreira e Pimentel (2013), Tenório e Silva (2014), Foganholi *et al.*, (2020) e Pereira e Souza (2021), Tavares *et al.*, (2024), Pomin e Dias (2019) e Andrade (2019), reunidos na categoria *Educação Intercultural*, destacam a relevância da formação inicial e continuada de professores para o trabalho com a temática indígena no contexto escolar. Esses autores evidenciam, ainda, as inseguranças enfrentadas pelos docentes ao abordar tais conteúdos, o que ressalta a urgência de uma prática pedagógica crítica e decolonial, capaz de instrumentalizar os profissionais da educação para uma atuação mais consciente, reflexiva e comprometida com a diversidade cultural.

Nos estudos de Ferreira e Pimentel (2013), Tenório e Silva (2014), Tavares *et al.*, (2024), Pomin e Dias (2019) e Andrade (2019), a utilização de jogos e brincadeiras indígenas nas aulas de Educação Física configura-se como uma forma de promover um diálogo intercultural e romper com os padrões tradicionais eurocêntricos historicamente impostos pela colonização. Essa abordagem amplia as possibilidades pedagógicas da disciplina ao valorizar saberes originários e práticas corporais marginalizadas, além de fortalecer o vínculo entre cultura, corpo e educação, despertando o interesse dos(as) alunos(as) por manifestações culturais diversas.

Foganholi *et al.*, (2020) ressalta a importância de uma formação inicial fundamentada na diversidade cultural, com ênfase em práticas pedagógicas inclusivas. Os autores argumentam que iniciativas dessa natureza favorecem uma Educação Física mais crítica, decolonial e engajada na valorização das identidades culturais historicamente invisibilizadas, contribuindo para a superação de modelos tradicionais ainda presentes no ensino da disciplina.

O estudo de Pereira e Souza (2021) reforça a centralidade da interculturalidade no ensino ao apresentar uma investigação com professores da rede pública, revelando tanto a relevância da formação continuada quanto os desafios enfrentados pelos docentes. Entre os

principais entraves, destacam-se a ausência de formação específica, a escassez de materiais didáticos e a falta de políticas educacionais que incentivem a valorização e o ensino das práticas corporais indígenas nas aulas de Educação Física escolar.

Na categoria intitulada *Cultura Corporal Indígena no Ambiente Escolar*, Ricardo *et al.*, (2024) e Andrade (2019) evidenciam que a inserção de brincadeiras e jogos tradicionais de matrizes indígena e africana nas aulas de Educação Física contribui significativamente para a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Por meio dessas práticas, os(as) estudantes desenvolvem maior consciência e respeito pelas identidades étnico-raciais, vivenciando uma educação que se configura como mais inclusiva e intercultural, além de contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes, críticos e respeitosos da diversidade cultural.

Maldonado e Neira (2021) apontam que, apesar dos avanços legislativos referentes à inclusão das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, a efetiva incorporação desses conteúdos nas aulas de Educação Física ainda enfrenta desafios expressivos, como lacunas na formação docente, escassez de materiais didáticos adequados e resistência cultural. Os autores enfatizam a necessidade de uma Educação Física que promova um diálogo efetivo com a diversidade cultural, adotando uma abordagem inclusiva, reflexiva e comprometida com a valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Silva e Rocha (2023), discutem a inserção das danças indígenas no currículo da Educação Física, destacando a importância de promover o respeito à diversidade cultural e valorizar as culturas tradicionais, especialmente no componente curricular de dança. Considerando que, historicamente, o ensino de dança privilegia predominantemente manifestações eurocêntricas, essa abordagem contribui para romper com a desvalorização das culturas dos povos originários. Dessa forma, a tematização das danças indígenas favorece uma prática pedagógica mais inclusiva, reflexiva e alinhada aos princípios da educação intercultural.

Por fim, o artigo de Silva (2022b) comenta sobre a importância da inserção da cultura indígena nas aulas de Educação Física, ressaltando seu papel fundamental na promoção da diversidade cultural no ambiente escolar. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o autor destaca que a valorização e o reconhecimento dos saberes indígenas são essenciais para uma prática pedagógica inclusiva e plural, que não deve negligenciar essa contribuição cultural significativa. O estudo reforça que a cultura indígena, quando incorporada de forma crítica e respeitosa, enriquece o currículo e amplia a compreensão dos estudantes sobre a diversidade presente na sociedade.

A categoria *Interculturalidade, Identidade e Transformação Social*, traz estudos que veem a educação física como um espaço de transformação, podendo ser um ambiente plural e democrática, através das culturas indígenas, proporcionando para o ambiente escolar uma diversidade de culturas.

O estudo de Silva (2022a), busca mostrar que apesar das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, ainda não é plenamente incorporada nas práticas pedagógicas, principalmente nas aulas de educação física. Além disso, o trabalho revela a superficialidade que essas temáticas são abordadas, ou como ocorre de forma recorrente, deixam de ser abordadas, evidenciando um distanciamento entre a legislação e a realidade escolar.

Por outro lado, a pesquisa de Gomes (2024), evidencia que é possível integrar a cultura indígena nas aulas de Educação Física, através de jogos e brincadeiras, ainda sim de forma crítica, decolonial e libertadora, seguindo os princípios pedagógicos de Freire. Além disso, o estudo de Pedroza *et al.*, 2018, também evidencia que as práticas corporais indígenas valorizam os saberes culturais, que permitem ressignificar a educação do corpo, contribuindo para a superação do currículo eurocêntrico que domina o ensino da Educação Física escolar.

Reis (2020), afirma que resgatar jogos, brinquedos e brincadeiras indígenas de etnias do Rio Negro (como Tukano, Baniwa, Baré, Cubeo, entre outras) serve como recurso pedagógico relevante na Educação Física escolar, contribuindo para promover interculturalidade e sustentabilidade no ambiente educativo, outrossim a inserção desses saberes indígenas no currículo escolar fortalece identidades culturais, amplia o repertório de movimento e permite reflexões sobre modos de vida sustentáveis, contrastando com a lógica consumista dominante.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das produções acadêmicas que abordam a história e as culturas indígenas em diálogo com o contexto escolar, por meio de revisão sistemática da literatura, evidenciaram que, para efetivar a valorização desses saberes como contraponto à escola e à Educação Física de matriz eurocêntrica, é fundamental estabelecer vínculos entre escola, profissionais e estudantes. Tais diálogos devem promover a inserção das questões indígenas e étnico-raciais nos currículos e nas práticas pedagógicas de todos os componentes curriculares.

Em especial nas aulas de Educação Física, ainda que estas tenham historicamente se voltado predominantemente aos esportes de alto rendimento de tradição europeia, percebemos analisando os estudos, uma mudança neste cenário, através da promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, no qual tornam obrigatório o ensino das culturas afro-brasileira e indígena na educação básica.

A temática da história e das culturas indígenas tem apresentado crescimento nas produções acadêmicas. Constatou-se, nesta revisão sistemática, que a maioria das pesquisas analisadas descreve práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, as quais se configuram como estratégias de intervenção e de disseminação de saberes indígenas, através da prática corporal.

Portanto, para reverter o cenário de marginalização e as reiteradas tentativas de apagamento da temática indígena, é necessário que esse conteúdo seja trabalhado ao longo de todo o ano letivo. Tal abordagem deve considerar as tensões existentes entre os discursos dos(as) alunos(as) e buscar a desconstrução de pensamentos racistas relacionados à cultura indígena. Para que assim, a história e a cultura indígenas sejam tratadas de forma contínua e valorizada, e não apenas em datas comemorativas, quando frequentemente são abordadas de maneira marginalizada, folclorizada e discriminatória no espaço escolar, que é a realidade em muitos contextos até os dias de hoje.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. C. Prática pedagógica histórico-crítica e Educação Física: uma experiência com os jogos indígenas e africanos. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 10, n. 1, p. 70-82, mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 3 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)> Acesso em: 6 Jun 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 10.639, de 3 de janeiro de 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em: 6 Jun 2024.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 05. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Versão preliminar**. Brasília: MEC, 2015.

BRIZOLA, J; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELV**A, Juara/MT, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13. n. 37, p. 37-51 jan/abr, 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação Intercultural e Cotidiano Escolar**. 1 ed. Rio de Janeiro. 7 letras, 2008.

CASTRO, G; GROSGOUEL, S. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

CIDA, Bento. **O pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DAOLIO, J... **Da cultura do corpo**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

DICKMANN, Ivo; PERTUZATTI, Ieda. Uma visão panorâmica da LDB à BNCC: as políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal na Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 113–129, 2016.

FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIROS, D. Unesco: **Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Educação**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149742>

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 45-60, maio/jun./jul./ago. 2003.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Interculturalidade, identidade e decolonialidade**: desafios políticos e educacionais. Campo Grande, n. 37, p. 89-106, jan./jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, A. P. R. Brincadeiras e jogos indígenas na educação física escolar: uma análise a partir da perspectiva freiriana. **Instituto de Biociências**, Rio Claro, 2024.

GOMES, I. S; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. **Movimento: Revista da Escola de Educação Física**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 395-411, jan.-mar. 2014.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONÇALVES JUNIOR, L. et al. O jogo em jogo: suleando sua compreensão. In: BENTO, J. O. et al (Org.) **Desporto e educação física**: identidade e missão. Maputo: Educar, 2021. p. 117-129.

GRANDO B. S; XAVANTE S. I; CAMPOS, N. S. Jogos/brincadeiras indígenas: a memória lúdica de adultos e idosos de dezoito grupos étnicos. In: GRANDO B. S. (Org.). **Jogos e culturas indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

KEMPE, G. C; CHASSOT, A. I. Práticas corporais indígenas inseridas à Educação Física escolar não indígenas. Saberes e Identidades: Povos, Culturas e Educações. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 26, n. 62/2, p. 549-567, maio/ago. 2017.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

\_\_\_\_\_. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MALDONADO, D. T; NEIRA, M. G. O lugar da cultura negra, afro-brasileira e indígena nas aulas de Educação Física. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 3, p. 19-25, set./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.36453/cefe.2021.n3.26982>

MARQUES, R. L. Lima. **Os jogos indígenas como conteúdo da Educação Física escolar.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. UniCEUB, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, 2016.

MOREIRA, L.; PERES, J. Atividades culturais indígenas na Educação Física escolar. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 83-93, mar. 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses:** conversa sobre a origem da cultura. São Paulo: Angra, 1999

NEUENFELDT, Derli Juliano; MAZZARINO, Jane Márcia. O corpo como lugar onde a experiência da educação ambiental nos toca. **REMEA**, Rio Grande, v. 33, n. 1, p. 22-36, 2016.

PEDROZA, R. S; SANTOS, M. C. S; HOLANDA, G. I. S; SANTOS, W. M. Esporte/jogos indígenas: uma práxis pedagógica da peteca e jikunahati na Educação Física escolar. **Revista Temporis** [ação], v. 18, n. 1, p. 112-126, jan./jun. 2018.

PEREIRA, A. S. M.; SOUZA, S. T. B. Lutas corporais indígenas: um estudo com professores de Educação Física do município de Fortaleza – CE. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 34-48, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.v25i3.12153>.

PEREIRA, A. S. M; GOMES, D. P; CARMO, KI. T; SILVA, E. V. M. E. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 4, p. 412-418, 2019.

POMIN, Fabiana; DIAS, L. R. Educação das relações étnico-raciais em aulas de educação física: uma abordagem conceitual. **Revista Olhares**, v. 7, n. 1, Guarulhos, maio 2019.

PETTICREW, M; ROBERTS, H. **Systematic reviews in the Social Sciences: a practical guide.** Cornwall: Blackwell Publishing, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

REIS, P. R. **Interculturalidade e sustentabilidade: jogos e brincadeiras indígenas na Educação Física escolar.** Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. Manaus, 2020.

RICARDO, K. H; PERES, A. L. X; WITTIZORECKI, E. S. A prática corporal e manifestação cultural indígena de Huka-Huka nas aulas de Educação Física escolar: aproximações e resistências. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 9, e20249516, jan.-dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.13037/rae.vol9.e20249516>.

RICARDO, K. H; WITTIZORECKI, E. S; BINS, G. N; ABREU, D. S. Brincadeiras e jogos de matrizes indígena e africana nas aulas de Educação Física com o sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala. **Conexões**, Campinas, v. 22, e024006, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v22i00.8675658>.

RODRIGUES, A. C. L. A Educação Física Escolar e LDB: assumindo a responsabilidade na aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Dialogia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 57-72, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEN, Amartya. **O racha do multiculturalismo**. Folha de S. Paulo, São Paulo, Suplemento Mais, p. 8, 17 set. 2006.

SIMÕES, B. D; MIZUNO, J; ROSSI, F. Yoga para crianças: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Revista Cocar**, v.13, n. 27, p.597-618, 2019.

SILVA, N. I. Moraes; ROCHA, R. Jacundá, toré e bate-pau: danças da cultura indígena tematizadas na educação física escolar. **Revista Amazônida**, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2023.

SILVA, C. K. R. **História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais de Uberlândia: a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 na Educação Física Escolar**. Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, Uberlândia, 2022.

SILVA, F. J. S. Cultura indígena como ferramenta pedagógica nas aulas de Educação Física. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**. v. 10, n. 2, p. 1393-1398, jul. 2022. DOI: 10.16891/2317-434X.v10. e2. a2022.pp1393-1398.

SOUSA, D. A. O ensino de lutas corporais indígenas na Educação Física escolar: um relato de experiência. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.

TAVARES, R. R; FRAGA, L. L; SILVA, N. M. S; DIAS, F. B. M. A cultura indígena nas aulas de educação física: um relato de experiência no PIBID. **Revista Acadêmica Gueto**, v. 10, n. 3, 2024.

TENÓRIO, J. G; SILVA, C. L. Experiência pedagógica com jogos indígenas em aulas de Educação Física de uma escola pública do estado de Mato Grosso. **Instrumento: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, jul./dez. 2014.

ZARATE PEREZ, Adolfo. Interculturalidad y decolonialidad. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 20, p. 91-107, jan. 2014.

*Maria Eduarda Rodrigues da Silva Pereira*  

---

Maria Eduarda Rodrigues da Silva Pereira  
(Aluna)



---

Profa. Dra Denise Aparecida Corrêa  
(Orientadora)